

Aracruz, 10 de julho de 2012.

MENSAGEM Nº 045/2012

SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES.

Ilustres Vereadores, encaminho novo Projeto de Lei da Procuradoria Geral do Município de Aracruz. A presente proposta visa alcançar dois objetivos; primeiro corrigir erro formal existente na Lei n.º 3.585/2012, notadamente pela ausência de anexo e, segundo, aumentar o número de vagas de Procurador do Município de 20 (vinte) para 24 (vinte e quatro).

A ampliação do número de vagas é importante para que os advogados de carreira do Município, atualmente em número de 04 (quatro) possam exercer o direito de opção constante da Lei n.º 3334/2010.

*“Art. 59 Os advogados do Município, recepcionados pelo Plano de Cargos e Salários na qualidade de Técnico de Nível Superior, Lei Municipal n.º 2.897 de 31 de março de 2006, estáveis e ativos serão equiparados a Procurador Municipal, na categoria e padrão compatível com o vencimento do servidor, desde que as funções para as quais prestaram concurso seja compatíveis e ou equivalentes com as de Procurador descritas na presente lei.”*

Assim, contanto com o elevado espírito público de Vossas Excelências, aguardamos com a estima e consideração de sempre, a aprovação da presente matéria.

Atenciosamente,

ADEMAR COUTINHO DEVENS  
Prefeito Municipal

**PROJETO DE LEI Nº 045, DE 10/07/2012.**

ALTERA A LEI N.º 3334 DE 17 DE AGOSTO DE 2010 DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, FAÇO SABER QUE A CÂMARA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

**Art. 1º** Altera o inciso V e §1º, do Título I, Capítulo III, Da Estrutura Organizacional, com a seguinte redação:

*“Art. 4º (...)*

*(...)*

*V - APOIO ADMINISTRATIVO*

*a) Assessoria Administrativa.*

*b) Assessoria Judicial.*

*c) Assessoria de Cálculos e Perícias Judiciais.*

*§1º As Procuradorias Especializadas serão dirigidas por Procurador Chefe, com direito a percepção de gratificação de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico.*

**Art. 2º** Altera os artigos 21, 22 e 23, do Título I, Capítulo IV, Seções XI e XII da Lei n.º 3334/2010, que passa a seguinte redação:

***Seção XI***

***DA ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E DA ASSESSORIA JUDICIAL***

**Art. 21.** *À Assessoria Administrativa compete assessorar o Procurador Geral nas atividades de planejamento das ações relacionadas com a administração geral da Procuradoria do Município.*

**Art. 22.** *A Assessoria Judicial compete assessorar o Procurador Geral e as Subprocuradorias Gerais nas atividades de controle e análise de processos judiciais e administrativos.*

## **Seção XII**

### **DA ASSESSORIA DE CALCULOS E PERÍCIAS JUDICIAS**

**Art. 23.** *À Assessoria de Cálculos e Perícias Judiciais compete assessorar Procurador Geral e as Subprocuradorias Gerais na análise contábil, econômica e financeira oriunda de ações administrativas e judiciais, incluindo a análise de Precatórios e Requisição de Pagamento de Pequeno Valor.*

Art. 3º – O caput do art. 24 e os §1º, §2º e §3º do art. 24 da Lei Municipal nº 3.334, de 17 de agosto de 2010 passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 24.** *Ficam criados 24 (vinte e quatro) cargos de Procurador do Município de Aracruz.*

**§ 1º.** *A carreira de Procurador do Município será organizada em níveis escalonados, que constituem a seguinte estrutura hierarquizada e os seguintes quantitativos para cada nível:*

*I - Procurador do Município Adjunto da Categoria Especial, último nível de carreira, no total de quatro cargos;*

*II - Procurador do Município de 3ª. Categoria – oito cargos;*

*III - Procurador do Município de 2ª Categoria – doze cargos;*

*IV - Procurador do Município de 1ª Categoria, inicial da carreira - vinte e quatro cargos.*

**§2º.** *Assegurado o direito a opção pelo regime remuneratório mais favorável e sem prejuízo para a atual posição dos Procuradores de Município ativos e inativos, na carreira, a partir da anterior classificação vigente no último nível, a diferença de vencimento entre categorias não poderá ser superior a 5% (cinco por cento).*

**§3º.** *O vencimento dos Procuradores de Município fica fixado com uma diferença de cinco por cento (5%) de uma categoria para outra, partindo-se do vencimento do procurador de 1ª Categoria.”*

**Art. 4º** – O art. 44 e os §1º e §2º, do Título III, Capítulo I da Lei Municipal nº 3.334, de 17 de agosto de 2010 passam a vigorar com a seguinte redação:

**“TÍTULO III**  
**DOS VENCIMENTOS, DAS PRERROGATIVAS E DAS GARANTIAS**      **DO**  
**PROCURADOR DO MUNICÍPIO**

**CAPÍTULO I**  
**DOS VENCIMENTOS**

*Art. 44. Os membros da carreira de Procurador do Município exercem função com assento constitucional 9CF, art. 132), gozando de independência funcional e prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, estando sujeitos ao regime jurídico especial desta Lei, sendo remunerados por meio de vencimentos.*

*§ 1º. Aplicam-se aos membros da carreira de Procurador do Município as vantagens e os acréscimos de caráter pessoal previstos na Lei dos Servidores do Município*

*§ 2º. O vencimento a ser percebido pelos procuradores serão fixados conforme anexo único da presente Lei.*

**Art. 5º** – O Título V da Lei nº 3.334, de 17 de agosto de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

**TÍTULO V**  
**DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

*“Art. 53. Ficam criados e incluídos na estrutura organizacional da Procuradoria Geral, os seguintes cargos de provimento em comissão:*

*I - Procurador Geral*

*1 (um) cargo de Procurador Geral*

*II - Gabinete do Procurador Geral do Município*

*02 (dois) cargos de Assessor Administrativo*

*02 (dois) cargos de Assessor Judicial*

*III - Subprocuradoria Geral*

*02 (dois) cargos de Subprocurador*

*02 (dois) cargos de Assessor Judicial*

*01 (um) cargo de Assessor de Cálculos Judiciais.”*

**Art.6º** – Fica alterado o art. 59, da Lei n.º 3334/2010, passando a vigorar com seguinte redação:

*“ Art. 59. Os advogados do Município, recepcionados pelo Plano de Cargos e Salários na qualidade de técnico de Nível Superior, Lei Municipal nº 2.897 de 31 de março de 2006, estáveis e ativos serão equiparados a Procurador Municipal, na categoria e padrão compatível com o vencimento do servidor, desde que as funções para as quais*

*prestaram concurso seja compatíveis e ou equivalentes com as de Procurador descritas na presente lei.*

**Art. 7º** Fica alterado o anexo único, tabela de cargos efetivos e de provimento em comissão, constante do art. 44, §2º da Lei n.º 3334/2010, conforme anexo único da presente lei.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de junho de 2012.

**Art. 9º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n.º 3.585 de 27 de junho de 2012.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 10 de julho de 2012.

ADEMAR COUTINHO DEVENS  
Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

**TABELA A QUE SE REFERE O ART. 7º**

**CARGO EFETIVO**

<b>CARGO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR EM REAIS</b>	<b>NÍVEL/PADRÃO</b>
Procurador 1ª Categoria	20	2.268,40	Nível I - A

**TABELA A QUE SE REFERE O ART. 7º**

**CARGO EM COMISSÃO**

<b>Cargo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Real</b>	<b>Padrão</b>
Procurador Geral	1	8.376,07	CC1
Subprocurador Geral	2	4.786,32	CC3
Assessor Administrativo	2	2.029,82	CC6
Assessor Judicial	4	2.029,82	CC6
Assessor de Cálculos Judiciais	1	2.029,82	CC6